

A DECOLONIALIDADE COMO *LOCUS* DE REFLEXÃO DA DIPLOMACIA PARA O SUL GLOBAL¹

Akin Odará dos Santos Carrara²

RESUMO

Este artigo examina a decolonialidade como um *locus* de reflexão para a diplomacia no Sul Global, buscando compreender como as epistemologias decoloniais podem contribuir para uma nova abordagem nas Relações Internacionais. A análise parte da construção histórica e política do Sul Global, considerando a marginalização dos territórios e grupos subalternizados. É uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, mobilizando referências fundamentais dos Estudos Decoloniais e das Epistemologias do Sul. Argumenta-se que a diplomacia, historicamente moldada pelos paradigmas eurocêntricos, deve ser repensada a partir das realidades e perspectivas dos territórios marginalizados. Conclui-se que uma Diplomacia Decolonial exige um deslocamento epistemológico que permita a valorização dos saberes locais e formas alternativas de negociação e resolução de conflitos.

Palavras-chave: descolonização; diplomacia; epistemologia social; Sul Global.

ABSTRACT

The following article examine decoloniality as a locus of reflection for Diplomacy in the Global South, trying to comprehend the way that decolonial epistemologies can contribute for a new approach in the International Relations. The analyses starts from the historical and political constuction of the Global South, considering the marginilization of the territories e subalterns groups. Is a theorical research, of qualitative carachter, based on a bibliogaffic revision, mobilizing fundamental references of the Decolonial Studies and South Epistemologies. It's argued that the diplomacy, historically framed by the eurocentrics paradigms, should be rethought by the realtyys and perspectives of the marginilized territories. It's concluded that a Decolonial Diplomacy require a epistemological shift that allows the valorization of the locals knowledges and alternative forms of negotiation and conflicts resolutions.

Keywords: decolonization; diplomacy; social epistemology; Global South.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

² Discente do curso de Bacharelado em Relações Internacionais na UNILAB Campus dos Malês.

1 INTRODUÇÃO

A construção histórica, política e econômica do Brasil e de outros territórios do Sul Global são marcadas pelo fluxo da diáspora africana e pelas lutas de resistência dos povos negros e indígenas. Um símbolo e marcador importante dessas lutas são o surgimento dos quilombos e terreiros de candomblés no Brasil, além das resistências das comunidades indígenas originárias que lutavam contra o poder colonial por toda as Américas e no continente africano.

Com o passar do tempo esses territórios e comunidades tradicionais foram englobados junto a outros povos, territórios, grupos – e agora, Estados – ao que se concebe enquanto Sul Global, resumidos à marginalização social, global e apagados ou animalizados³ na construção das teorias e conceitos das ciências hegemônicas, no caso deste artigo: das Relações Internacionais e da Diplomacia.

Como cita Luciana Ballestrin:

[...] o Sul Global não pode simplesmente ser visto como um conjunto de países não desenvolvidos e não modernos, localizados nas zonas ex-coloniais do globo. Existem diferentes significados para as duas categorias, as quais não devem ser compreendidas em um sentido exclusivamente geográfico ou territorial. Ambos termos foram capazes de projetar uma identidade geopolítica subalterna, reivindicando um diferente caminho de pertencimento no sistema e na sociedade internacional. (Ballestrin, 2020)

Compreendendo essa provocação e a partir de extensas leituras sobre a construção do Sul Global e das suas dinâmicas - as violências coloniais, a marginalização, as expressões culturais, étnicas e populações que constituem essa dinâmica – “O essencial aqui é o locus da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala.” (Grosfoguel, 2008, p. 4,). Assim, finca-se aqui a necessidade de pensar a construção das teorias e conceitos das Relações Internacionais e das Diplomacias e como essas se relacionam com o desenvolvimento, as pautas e as necessidades diplomáticas deste Sul Global.

Pensa-se aqui em refletir sobre uma Diplomacia que pense o Sul Global e suas epistemologias através da análise das dinâmicas das formações territoriais desses grupos. Entendendo que o Sul Global – e os territórios e riquezas pertencentes a esse – sempre fora centro de interesses e conflitos na história das Relações Internacionais. Compreendendo, também, que o imaginário acadêmico internacionalista não abarca completamente em suas

³ *Animalização: O sujeito negro torna-se a personificação do animal – a/o selvagem, a/o primata, a/o macaca/o, a figura do King Kong -, outra forma de humanidade* (Kilomba, 2019, p. 79).

análises, os territórios enquanto atores passíveis de análise, produção e construção de novos conceitos e formas de se fazer diplomacia e Relações Internacionais.

Dessa forma, esta pesquisa visa formas de pensar a diplomacia a partir do conceito da decolonialidade para o Sul Global, refletindo sobre como as epistemologias decoloniais do Sul Global podem contribuir para a construção de uma nova forma de pensar e de fazer diplomacia.

Este artigo parte da hipótese de que é possível pensar uma Diplomacia Decolonial a partir do Sul Global. Para tanto, propõe-se: identificar os limites da diplomacia clássica frente às assimetrias globais; mapear contribuições teóricas e práticas decoloniais; e apresentar características preliminares do conceito de Diplomacia Decolonial como alternativa crítica. É uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, mobilizando referências fundamentais dos Estudos Decoloniais e das Epistemologias do Sul.

Então aqui, compreende-se o papel das epistemologias decoloniais do Sul Global na reflexão crítica desses conceitos – como seguem as colocações essenciais de Quijano (2005) sobre a temática –, ao mesmo tempo em que as vê como uma alternativa para a construção de uma nova forma de pensar as Relações Internacionais, descentralizando a área dos conceitos eurocêntricos e buscando a decolonialidade como um locus de reflexão e reconstrução da diplomacia para o Sul Global.

Assim, seguindo a linha de pesquisa voltada para a decolonialidade e as epistemologias do Sul, compreendendo-as como epicentro de conhecimentos e de construções políticas e diplomáticas, enxerga-se aqui uma brecha para pautar a relevância do Sul Global, das suas produções políticas e a decolonialidade como forças motrizes para a construção de um novo campo teórico das Relações Internacionais e da diplomacia.

No intuito de alcançar os objetivos, as categorias mobilizadas para a construção deste trabalho circulam pelos temas das Relações Internacionais e diplomacia, mobilizando seus principais conceitos de para elucidar as suas construções teóricas e práticas. Também serão mobilizados conceitos relacionados aos campos da Decolonialidade e Epistemologias do Sul Global. As categorias citadas servirão para o desenvolvimento de um artigo que visa, principalmente, construir uma linha teórica que faça jus ao movimento da decolonialidade científica nas Relações Internacionais.

Para um melhor desenvolvimento deste artigo, busca-se entender aqui “as tradições pós-coloniais e decoloniais e suas potenciais implicações para a disciplina de Relações Internacionais” (Toledo, 2021, p. 20).

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, intitulada ***A diplomacia Clássica: fundamentos e limitações***, desenvolve-se uma breve explanação sobre a

história da Diplomacia, seus fundamentos e algumas de suas limitações. Na segunda, *O Sul Global como sujeito epistêmico e político*, já são desenvolvidas as argumentações acerca do conceito de Sul Global e Decolonialidade, flexionando ambos os conceitos com a Diplomacia. Na terceira parte, *Diplomacia Decolonial: formulações teóricas e experiências emergentes*, se tensiona o porquê de se pensar a Decolonialidade para a Diplomacia, trazendo exemplos de práticas diplomáticas que se deslocam da perspectiva da Diplomacia Clássica, e pensando essas, principalmente, para o Sul Global.

2 A DIPLOMACIA CLÁSSICA: FUNDAMENTOS E LIMITAÇÕES

A diplomacia clássica e o modelo de diplomacia que conhecemos têm como marcos as relações estabelecidas durante a Guerra dos Trinta Anos (1618 – 1648) e o principal: a Paz de Vestefália (1648).

A Paz de Vestefália sucede um período de extensa guerra de características também religiosas que saiu do território alemão e alastrou-se para toda a Europa do século XVII, conhecida como Guerra dos Trinta Anos. Como pontua Carneiro (2006):

Para alguns autores, mais do que uma guerra, foi uma crise geral que marcou o século XVII como um século de estagnação ou até mesmo decrescimento demográfico e econômico, discutindo-se apenas se a guerra teria sido uma das causas ou a maior consequência dessa situação de declínio e decadência gerais. (Carneiro, 2006, p. 2)

Após trinta anos de uma guerra que, como caracteriza Henrique Carneiro (2006), teve consequências extremamente destrutivas, matando quatro milhões de pessoas e retrocedendo o desenvolvimento europeu, assinaram-se três tratados que deram origem ao que conhecemos como Paz de Vestefália. Segundo cita Almeida (1998):

O primeiro Tratado foi assinado em Munster, a 30 de Janeiro de 1648, entre a Espanha e os Países Baixos, o qual acabou com a «guerra dos oitenta anos» entre os dois países, reconhecendo a independência dos holandeses. No dia 24 de Outubro do mesmo ano, foram assinados os dois restantes Tratados: um em Munster, entre a França e o Sacro Império Romano, e o outro em Osnabruck, entre a Suécia e o Império. Aparentemente, pouco distingue os três tratados de todos os outros tratados que fizeram a história diplomática da Europa. (Almeida, 1998, p. 1)

A partir desse marco histórico, as relações internacionais na Europa passaram a se concentrar não mais em uma ordem estritamente hierárquica dos Papas e religiosos, mas sim numa ordem de Estados, sendo a Paz de Vestefália uma transição simbólica e historicamente

importante entre a política medieval e o sistema internacional moderno, como aponta Almeida (2008).

Sobre a Diplomacia, ou melhor, a sua natureza ou essência, conforme Watson em *Diplomacy: The Dialogue Between States* (1982):

[...] Em termos mais formais, membros de um grupo de Estados independentes são obrigados a gerir as consequências do fato que eles desfrutam suas independências não de forma absoluta e em isolamento, mas num cenário de interdependência. [...] Este diálogo entre Estados independentes - os mecanismos os quais seus governos os conduzem, as redes de negócios, contratos, instituições e códigos de conduta que se desenvolvem através disso - é a substância da Diplomacia. (Watson, 1982, p. 1, tradução nossa)

Sendo assim, a diplomacia, basicamente, consistiria nas relações estabelecidas no sistema internacional entre os Estados por meio de diálogos – sejam esses bilaterais ou multilaterais –, de modo a pautar seus interesses, em comum ou não. Geralmente, se espera que esses aconteçam de forma pacífica e intensifiquem a interdependência e cooperação entre os Estados. Como cita Ghilarducci (2024):

Em sua definição convencional, a “diplomacia clássica” se refere essencialmente as relações entre as chancelarias dos Estados nacionais com seus códigos de comunicação e etiquetas, e se encarrega de regular suas relações oficiais, assim como de prevenir e resolver conflitos (Ghilarducci, 2024, p. 179, tradução nossa)

Ainda, sobre o que se entende como essência da prática diplomática em seus moldes tradicionais nas relações entre os Estados e o que se espera dela, Morgenthau (2003) desenvolve que:

A importância da diplomacia para a preservação da paz internacional nada mais é do que um aspecto particular dessa função mais geral porque uma diplomacia que termine em guerra terá falhado no seu objetivo mais primário, que é a promoção do interesse nacional por meio de métodos pacíficos (Morgenthau, 2003, p. 967-968)

Dessa forma, ao observar as características esperadas da prática diplomática dos autores clássicos sobre o presente objeto, as expectativas em relação ao papel da diplomacia não se alteraram radicalmente com o tempo. Não afirmo que não haja diferenças em todo o sistema internacional e nas trocas diplomáticas entre os Estados, no entanto, a priori, entre a diplomacia clássica e a contemporânea, mesmo com os conflitos posteriores aos seus marcos, novas políticas e o advento da globalização, de fato, os mecanismos diplomáticos, as assimetrias de

poder e as hierarquias sistemáticas globais não se alteraram com tanta força, especialmente no pós-Guerra Fria.

Ainda assim, vale ressaltar que o papel diplomático clássico esperado era exercido diversificadamente conforme as ideologias - ou doutrinas políticas – vigentes em cada Estado. Com o processo de globalização da sociedade internacional e o surgimento de novos atores no sistema internacional, abriu-se espaço para o nascimento de novas-velhas raízes da diplomacia.

Utiliza-se aqui o termo ‘novas-velhas raízes’ pelo fato de que: mesmo com o surgimento de novas tendências diplomáticas, a estrutura do sistema permanece muito similar àquele herdado do sistema hegemônico europeu e, as formas pelas quais essas tendências são mobilizadas, continuam a seguir um padrão de relacionamento marcado pelas ideias do Norte Global. Watson (1982) afirma que:

A diplomacia como conhecemos hoje é essencialmente uma função do Estado moderno: suas relações com outros Estados, com Instituições aliadas e agrupamentos em que ele ou outros Estados possam formar, e com organizações multilaterais ou gerais como a ONU. [...] As formas e os mecanismos da diplomacia contemporânea foram herdados em grande parte do sistema de Estados europeu (Watson, 1982, p. 111, tradução nossa)

No que temos como diplomacia, o que se espera é que as relações entre os estados se mantenham em uma condição equilibrada de interdependência, como se estivessem no mesmo local de poder - seja este cultural, econômico ou social. E a problemática é: esta interdependência e os diálogos estabelecidos se desenvolvem assimetricamente entre os Estados do Norte Global para com os do Sul Global, fluindo da lógica da hegemonia hierárquica europeia. Como descreve Quijano (2005):

[...] Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2005, p. 121)

Dessa forma, tendo esses mecanismos assimétricos de diálogo e interdependência entre os Estados derivados de uma experiência europeia hegemônica, levanta-se aqui a problemática citada acima sobre o desenvolvimento das relações e dos diálogos entre os Estados, abrindo espaço para a discussão central deste artigo, que busca refletir sobre o Sul Global e as possíveis contribuições do pensamento, teoria e prática decolonial para a diplomacia – não só a teoria desta ciência, mas também a prática da mesma – no Sul Global.

3 O SUL GLOBAL COMO SUJEITO EPISTÊMICO E POLÍTICO

Para entender a proposta deste artigo, é necessário compreender e definir o que é esse Sul Global, qual Sul Global está sendo pensado aqui, quais as categorias e epistemes que o compõem enquanto um Sul Político que carrega identidade própria, que produz conhecimento próprio através de outras fontes além das ‘academizadas’, ou ocidentalizadas, e que as reconhecem como fatores e agentes fundamentais de transformação política.

O que temos hoje como *Sul Global* é um conceito derivado do, comumente usado, termo “Terceiro Mundo”. Como explana Ballestrin (2020):

O termo “Sul” apareceu no vocabulário internacional em 1980 e sua associação com o adjetivo “Global” ocorreu a partir do final da Guerra Fria, com a intensificação do discurso e das dinâmicas da Globalização (Dirlik, 2007). Devido à referência aos países pobres e “em desenvolvimento” em contraste com os mais ricos e desenvolvidos, o Sul Global é herdeiro do conceito de “Terceiro Mundo”, atualmente em desuso. (Dirlik, 2007 *apud* Ballestrin, 2020)

Referenciando a instigação que Brun (2022) traz sobre a definição do que seria esse Sul Global, a autora desenvolve que:

[...] a proposta do Sul Geopolítico oferece uma alternativa interessante, uma vez que destaca a agência dos países do Sul no processo de seu posicionamento nas relações internacionais. Além disso, abre novos caminhos para entender a resistência política da expressão ao longo do tempo. (Brun, 2022, p. 132)

Assim, o Sul Global não opera agência somente em termos de definições geoeconômicas mundiais – como Brun (2022) destaca os fatores socioeconômicos como principal característica atribuída aos países pertencentes ao Sul Global –, mas também, carrega um escopo epistêmico-político sobre a posição que ocupa nos mecanismos de decisão no sistema internacional. Então para além da substituição do termo “Terceiro Mundo”, que se mobilizou como um termo pejorativo voltado aos países “em desenvolvimento”, os quais estavam – e estão – fora das grandes potências econômicas mundiais – mas sendo explorados por tais – o Sul Global entende as variadas possibilidades plurais de existências num mundo globalizado. Elodie Brun (2022) desenvolve que:

[...] o Sul global é um conceito versátil do momento com significado e relevância que tendem a variar conforme a epistemologia dos autores e do campo de estudo e de acordo com o posicionamento estratégico dos atores - por exemplo: quem pertence ao Sul global? Quem é incluído ou excluído? O Sul global pode fazer referência a um mundo tradicional centrado no Estado, mas também tem um significado crítico que

ressalta as consequências negativas da globalização e do capitalismo (Brun, 2022, p. 131)

Reconhecendo essas particularidades, o Sul Global que se pensa aqui não é somente o sul definido pelos livros e mapas geográficos, que é empurrado para um campo de teorias da hegemonização sociocultural e econômica da globalização, trata-se aqui de um Sul Geopolítico, Crítico e Epistêmico e, mais especificamente para este artigo, um Sul latino-americano decolonial que, em sua criticidade política, é capaz de compreender as suas territorialidades como ativas na construção de novos sentidos políticos, voltados também, para a discussão sobre uma diplomacia que as compreendam. Como Ballestrin (2020) coloca:

Tais entendimentos sobre o que é o “Sul Global” permitem pensá-lo como uma categoria sem comando central, escala definida ou forma exclusiva; desta forma, é importante reconhecer a grande variedade de atores, discursos, instituições e movimentos agrupados sob seu rótulo (Ballestrin, 2020)

Dentro desta definição poderíamos alocar todos os ‘Suis’ pensados para esta categoria, inclusive aqueles pequenos, e impactantes, ‘Suis’ que se situam nos Nortes. Mas aqui, a fim de ser mais objetivo, destaca-se suas territorialidades e suas produções de conhecimentos críticos sobre si, buscando explorar a Desobediência Epistêmica (Mignolo, 2008), tão necessária para trazer a rejeição à ideia de “Terceiro Mundo” e outras definições derivadas de ideais científicos-políticos europeus limitantes, os quais não condizem com a realidade prática deste Sul global, assim, mobilizando a premissa de que não se pode pensar o Sul sem que seja a partir do Sul.

Dessa forma, é importante ressaltar as identidades políticas do Sul global, para que não apaguemos as potencialidades científicas e políticas deste e a capacidade de reconstruir esses campos a partir de si mesmo, evitando cair no vácuo de uma análise pobre sobre sua constituição enquanto agente de sua própria história, especialmente por esse Sul ter sua história descrita majoritariamente a partir do olhar do colonizador dentro do campo político.

Essas identidades são partes fundamentais para o reconhecimento de uma nova forma de significação política, as quais, em geral, partem das territorialidades – tais como as comunidades indígenas, quilombos e outras comunidades tradicionais – que fornecem a descentralização científica e novas formas de organização econômica, social e, por que não, diplomática. Como afirma Mignolo (2008):

A identidade em política, em suma, é a única maneira de pensar decolonialmente (o que significa pensar politicamente em termos e projetos de descolonização). Todas as outras formas de pensar (ou seja, que interferem com a organização do conhecimento e da compreensão) e de agir politicamente, ou seja, formas que não são decoloniais,

significam permanecer na razão imperial; ou seja, dentro da política imperial de identidades. (Mignolo, 2008, p. 290)

Ao mesmo passo, Quijano (2005) nos traz o resultado do movimento petulante de subjugação colonial ao outro imposto pela Europa – lendo-a aqui como Norte Global:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital. (Quijano, 2005, p. 121)

Para além das identidades por si mesmas, como um fim, acredito ser de suma importância pensarmos essas identidades como concomitantes às territorialidades presentes neste Sul Global, especialmente por essas serem - como citado acima - as que dão forma e caracterizam as identidades e as políticas, ou melhor, as identidades políticas deste Sul.

As territorialidades são agentes marcadores do desenvolvimento do Sul Global, sendo as dimensões políticas e de poder, essenciais para a compreensão delas (Godoi, 2014, p. 445). Como versa Toledo (2021) sobre a constituição do imagético colonial sobre as identidades do Sul:

Trocando em miúdos, adjetivos como “selvagem”, “tradicional”, “primitivo” devem ser compreendidos não como traços essenciais de colonizadas e colonizados, mas sim categorias analíticas criadas mediante uma visão ocidental sobre tempo e história (Toledo, 2021, p. 21)

E ainda, o Sul global – pensado a partir da perspectiva dos Estados – constitui-se, em grande parte, de países que sofreram com os processos da colonização – estes que moldaram, e ainda moldam, o imaginário popular sobre o seu próprio Estado e a sua perspectiva de si (socioculturalmente) – e ainda sofrem com a exploração – mesmo que acordada – de seus territórios e da sua própria soberania. Como Brun (2022) desenvolve:

O Sul é composto por países que sofreram ou estão sofrendo alguma forma de dominação política. Colonialismo é a maior forma de dominação e o modo de submissão mais citado. [...] Uma vez que a independência política ou a autonomia tenham sido obtidas, a desigualdade política se expressa por meio de um sistema internacional assimétrico que concentra poder, ainda que não exclusivamente, nas mãos de antigos opressores. (Brun, 2022, p. 135-136)

Sendo assim, pode-se afirmar que a diplomacia e as Relações Internacionais – como mecanismo prático político e campo de estudos, respectivamente –, como conhecemos hoje, derivam dos diversos acontecimentos históricos constituintes da modernidade e do ego colonial

das sociedades e políticas europeias – e das que delas derivam, a exemplo os EUA –, sendo estruturas de ação conservadoras e tendo como centro epistêmico principal do desenvolvimento de suas ciências e estratégias políticas hegemônicas coloniais: o Norte Global. Como Quijano (2005) aponta:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2005, p.121)

Reforçando-se e mantendo-se dessa forma, mesmo com o surgimento de ‘novidades’ no campo político internacional – como a conquista das independências dos países africanos, especialmente na década de 1960, e o processo de Globalização, como explana Brun: “O atual sistema internacional, concebido após a Segunda Guerra Mundial pelas potências vitoriosas, reflete principalmente seus interesses. ” (Brun, 2022, p. 136).

Dessa forma, não se pode pensar a diplomacia para o Sul Global da mesma forma que se pensa a diplomacia para o Norte, seguindo o mesmo fluxo de desenvolvimento e de outras agências que se modulam assimetricamente nessa relação, sem levar em consideração o papel das territorialidades do Sul Global para a sua formação identitária e políticas internas, as quais afetam diretamente o desenrolar de suas políticas externas, ou, pelo menos, assim o deveria fazer. Por isso, traz-se aqui a necessidade de refletir sobre uma Diplomacia a partir do Sul, uma *Diplomacia Decolonial*.

Por outro lado, para refletirmos sobre a decolonialidade, primeiro, é necessário conhecer e entender as Escolas do Pensamento Decolonial.

O pensamento decolonial surge como uma resposta crítica pautada em diversas análises sobre o colonialismo e os efeitos da colonialidade sobre os territórios afetados por ele, especialmente, ao se pensar América Latina, tendo como um dos principais expoentes Aníbal Quijano, pensando a *Colonialidade do Poder* (1989).

As principais Escolas do Pensamento Decolonial desenvolveram-se pensando, principalmente, nas Américas – em especial a América Latina – tendo-a como fonte do surgimento do fenômeno da *Modernidade/Colonialidade*. Como Quijano tenciona:

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. (Quijano, 2005, p. 122)

O Pensamento Decolonial dissipa-se em diversas vertentes analíticas sobre os efeitos da colonialidade. Entre essas, além do grupo *Modernidade/Colonialidade* – o mais proeminente da Decolonialidade, tendo como autores (além de Quijano) Walter Mignolo e Ramón Grosfoguel, por exemplo – as Escolas do Pensamento Decolonial também versaram sobre os Feminismos Decoloniais, a Filosofia da Libertação, o Pensamentos Afro-diaspórico e a Decolonialidade Negra, as Epistemologias do Sul e as Perspectivas Decoloniais Indígenas.

O Feminismo Decolonial, ou os Feminismos Decoloniais, pensaram os efeitos da colonialidade – e as violências dela decorrentes – sobre as questões interseccionais que envolvem o gênero, sexualidade, divisão sexual do trabalho, raça e os diversos aspectos dentro desse espectro. Como, por exemplo, María Lugones e o conceito de “Colonialidade de Gênero” (2014). A mesma define:

Proponho o sistema moderno colonial de gênero como uma lente através da qual aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial, seu uso de dicotomias hierárquicas e de lógica categorial. Quero enfatizar que a lógica categorial dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. (Lugones, 2014, p. 935)

A *Filosofia da Libertação* desenvolvida por Enrique D. Dussel, propõe uma crítica à modernidade eurocêntrica a partir da experiência dos povos submetidos ao processo de colonização, enfatizando um pensamento crítico-filosófico que emerga dos oprimidos em prol da ruptura com o sistema de dominação do opressor. Como o próprio categoriza:

O critério de verdade é a libertação do oprimido. Se verdade é a adequação da inteligência à realidade, sejam quais forem as mediações que impeçam ou favoreçam tal adequação, a adequação só se manifesta a partir da posição do oprimido. [...]. Somente o dominado tem suficiente clareza, a partir de seu próprio sofrimento material (e Feuerbach se deu conta disso), para permitir uma consciência crítica – quando se alcança o grau de consciência explícita de classe. Colocar-se na posição hermenêutica do oprimido é alcançar a visão verdadeira da situação histórica real. (Dussel, 1977, p. 216-217)

A Decolonialidade Negra – juntamente ao Pensamento Afro-diaspórico – sistematiza a análise dos impactos da colonização e da escravidão na formação da identidade negra e nas

construções sociais sobre a população negra, mobilizando conceitos importantes como o da *Necropolítica*, cunhado por Achille Mbembe (2016). Mbembe desenvolve que:

[...] as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Demonstrei que a noção de biopoder é insuficiente para explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte. Além disso, propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas submetidas a condições de vida que lhes conferem o *status* de “mortos-vivos”. (Mbembe, 2016, p. 146)

A produção da Teoria das Epistemologias do Sul se popularizou, principalmente, através de Boaventura de Sousa Santos. A teoria desenvolve críticas aos epistemicídios e aos apagamentos dos saberes não ocidentais, propondo a valorização dos conhecimentos tradicionais, populares e indígenas. Além dele, outros (as) autores (as) versam sobre as epistemologias do Sul e seus Epistemicídios, como Luciana Ballestrin e Élodie Brun, ambas referenciadas neste artigo. Como Boaventura cita:

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul aqui é concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção de Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte Global (Europa e América do Norte). (Santos, 2009, p. 12)

Dentro das Perspectivas Decoloniais Indígenas, os autores buscam o resgate das cosmovisões originárias, e tecem as análises e denúncias das violências neocoloniais nos territórios e territorialidades indígenas originárias. Alguns dos expoentes desta escola são Ailton Krenak (2019), Luis Macas (2010) e Pablo Dávalos (2011) que desenvolvem reflexões sobre os territórios indígenas, suas cosmovisões, a criação de estados plurinacionais e o bem viver como alternativa ao desenvolvimento capitalista desenfreado. Como desenvolve Dávalos:

O Sumak Kawsay, por sua vez, é a crítica mais forte e radical que se tem feito aos paradigmas do crescimento econômico através dos mercados e a noção teleológica do desenvolvimento como possibilidade histórica. Ambas demandas: plurinacionalidade e *sumak kawsay*, andam de mãos dadas, e expressam as demandas e utopias de um sujeito histórico, que ampliam os horizontes de possíveis humanos para a emancipação. (Dávalos, 2010, p. 202, tradução nossa)

Retornando à discussão da questão da Diplomacia e a construção da mesma através do controle europeu das ciências, Quijano (2005) desenvolve o seguinte:

Já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. (Quijano, 2005, p. 121)

A partir dessa perspectiva, retornamos ao domínio europeu sobre as categorias políticas e as formações dos espectros de superioridade das “ciências coloniais” sobre outras formas de sistematizar os mecanismos de relações – neste caso a diplomacia.

É importante destacar que todos esses acontecimentos e transições estiveram conectados profundamente às situações políticas hegemônicas europeias, as quais posteriormente afetaram questões políticas, econômicas e sociais no continente africano e nas Américas. Seguindo o fluxo que, categoricamente, mesmo nas entrelinhas, “Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno” (Grosfoguel, p. 3, 2008), nem mesmo a teoria e a prática diplomática.

Como colocado por Watson em “*A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa*” (2004):

O colapso da dominação européia não dissolveu a rede mundial de interesses e de pressões que envolvia todo o planeta num único sistema, organizado por uma única sociedade. O controle europeu diminuiu, de maneira gradual e esgarçada; mas a natureza global do sistema sobreviveu, com tal grau de continuidade que é difícil dizer em que ponto, em termos de tempo ou de função, o sistema deixou de ser europeu. (Watson, 2004, p. 417)

Reforçando a análise, mesmo que a dominação europeia tenha diminuído – como afirma Watson – o sistema-mundo não reflete isso. A constante opressão neocolonial e imperialista em toda parte do Sul Global, como as atuais situações da Palestina, Rojava, República Democrática do Congo, são alguns exemplos para essa afirmação. Ramon Branco e Ana Carolina Teixeira Delgado (2019) citam que:

[...] colonialismo também implica um componente subjetivo, representado pela formação de identidades que reproduzem uma divisão inferior/superior, que é intrínseca às lógicas coloniais. Contudo, não se pode esquecer que o colonialismo é um tipo de relacionamento que necessariamente baseia-se na posse do território alheio. (Branco; Delgado; 2019, p. 128)

Arrisca-se, então, pontuar que, apesar dos processos de independências – muitos desses contraditórios e violentos, dos mais antigos aos mais recentes, qual é o caso de diversos países africanos – com o processo de globalização - este mais contemporâneo – a crença de uma sociedade internacional global igualitária e não discriminatória se disseminou como se o sistema internacional fora completamente democrático, com todos os Estados seguindo a regra do jogo sem privilégios (narrativa reforçada pelos organismos mundiais). Porém, vale ressaltar o que aponta Grosfoguel (2008):

A “egopolítica do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia. (Grosfoguel, 2008, p. 4)

E, politicamente pensando, por mais que haja a tentativa de encobrimento sobre onde o discurso hegemônico surge, passa pelo seu processo de manutenção e se atualiza conforme o necessário para a sua sobrevivência, ainda assim os marcadores estão presentes – como nos casos citados acima.

Este mesmo sistema permanece intrinsecamente ligado à sua herança colonial eurocêntrica e imperialista que, conseqüentemente, configurou os moldes do conhecimento e execução da Diplomacia e das Relações Internacionais. Como versa Quijano (2005) sobre eurocentrismo:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 126)

E, assim como formula Quijano nessa afirmação, a realidade se molda: a experiência prática da Diplomacia – seja em termos da voz da população nesta ou em negociações desenvolvimentistas – está firmada em conformidade, ainda, com a produção de pensamento eurocentrado. Branco e Delgado em *Problematizando o Outro Absoluto da Modernidade: A Cristalização da Colonialidade na Política Internacional* (2019) afirmam que “a colonialidade não cessou com o fim do colonialismo. Ao contrário, ela ainda está operante, embora as

administrações coloniais tenham sido quase totalmente erradicadas globalmente (Branco; Delgado; 2019, p. 129).

Versando sobre as Escolas do Pensamento Decolonial e argumentando com as contradições diplomáticas, reflito que o Pensamento Decolonial e suas vertentes – em especial aqui a *Modernidade/Colonialidade* – podem trazer novos horizontes para as políticas internacionais deste Sul Global.

Dessa forma, se faz necessário tensionar esses padrões, pensando principalmente a decolonialidade como opção possível para uma diplomacia que consiga mobilizar o necessário para este Sul Global.

4 DIPLOMACIA DECOLONIAL: FORMULAÇÕES TEÓRICAS E EXPERIÊNCIAS EMERGENTES

Tomando por empréstimo o pensamento libertário de Dussel, argumento aqui, que a sugestão da Decolonialidade para a Diplomacia parte do entendimento de que se faz necessário o rompimento com o padrão – ou a hegemonia – neocolonial e imperialista nos meios democráticos nacionais e internacionais, incluso nestes a Diplomacia. Como o Dussel (1977) aponta “desde agora a opção prática seria: a libertação nacional da dependência do capitalismo norte-americano *a partir da hegemonia política das classes oprimidas*: camponesas e operárias, e em cumprimento de seus interesses reais” (Dussel, 1977, p. 216)

De forma alguma se propõe aqui que se abandone todos os meios diplomáticos, organismos e instituições internacionais, tal qual uma autocracia – ou como vêm fazendo os novos governos de extrema e ultradireita – mas que se pense a partir de novos horizontes políticos. Mesmo porque, num mundo globalizado, ainda controlado pelo Norte Global e suas instituições, seria impossível uma ruptura abrupta sem retaliações/sanções – tais quais as impostas à Cuba pelos EUA com apoio de outros Estados do Norte Global.

A ruptura proposta aqui se inicia a partir do campo teórico, da reformulação política epistêmica – por mais que o reformismo⁴ não seja a melhor alternativa nesse sistema político do capital – tendo em vista que as reflexões teóricas dão espaço para o novo, para a flexão de

⁴ Como desenvolve Iasi (2019): “O problema é que assim procedendo, a consciência da classe trabalhadora assume como premissa a impossibilidade da ruptura revolucionária e adere aos termos do gradualismo como único caminho possível de desenvolver suas estratégias revolucionárias. Não por acaso, no momento em que formas mais radicais de enfrentamento são obstaculizadas, abrem-se as possibilidades dos caminhos institucionais do fazer político (Przeworski, 1989)”. (Przeworski apud Iasi, 2019, p. 10).

novas perspectivas políticas e diplomáticas que de fato pense os interesses do povo, principalmente, daqueles que são afetados diretamente pelos contratos estabelecidos pelos Estados em suas Políticas Externas – o povo que ocupa a periferia/marginalidade social e política. Como nos atenta Mignolo (2010):

O desprendimento é urgente e requer uma reviravolta epistêmica decolonial (que está caminhando em diferentes regiões do planeta) contribuindo com o conhecimento adquiridos por outras epistemologias, outros princípios de conhecimento e entendimento, e portanto, outras economias, outras políticas, outras éticas e etc. (Mignolo, 2010, p. 17)

Dentre os diversos exemplos de práticas que apontam outras formas do fazer diplomático, e que versam com o a ruptura ou o desprendimento com os paradigmas clássicos, distantes dos moldes hegemônicos, destaca-se as seguintes contribuições: Luis Macas nos eleva à perspectiva, e o desejo, plurinacional que povos *Kichwa*/Quichua equatorianos reivindicam sobre autonomia – o *Sumak Kawsay e a vida em plenitude* (2010), apresentando uma nova visão de desenvolvimento e cooperação (peças fundamentais da prática diplomática) em um contexto onde os povos que constituem este Estado são o centro das decisões que os contemplam. Como o mesmo cita:

Os Estados plurinacionais se sustentam na diversidade da existência de nacionalidades e povos, como entidades econômicas, culturais, políticas, jurídicas, espirituais e linguísticas, historicamente definidas e diferenciadas. Se dirigem a desmontar o colonialismo. Se nós tivéssemos falado isso nos anos 70 que o Estado se sustenta em nações, nos teriam enforcado, por isso falamos nacionalidades mesmo sabendo que somos nações. Para desmontar este Estado colonial o devemos fazer desde a autodeterminação dos povos. (Macas, 2010, p. 15-16, tradução nossa)

Além disso, a categoria do *Sumak kawsay*, neste novo modo de se fazer o pensar política e diplomacia, expressa o rompimento com a lógica do capital, propondo, para além de novas perspectivas política institucionais, novos meios de se pensar a economia, o meio ambiente e a relação humano-território/humano-natureza. Como cita Dávalos (2010):

Da mesma maneira que o Estado Plurinacional é a alternativa a contratualidade liberal do Estado moderno, e a interculturalidade é a condição de possibilidade para que a sociedade possa se reconhecer nas diferenças que a constitui, o *Sumak Kawsay* é a alternativa ao modo capitalista de produção, distribuição e consumo. É também uma alternativa ao mecanismo de regulação social pela via dos mercados autorregulados, e é uma forma de devolver a sociedade o controle sobre a produção. O *Sumak Kawsay* levanta, para além disso, uma forma diferente de relação entre os seres humanos na qual a individualidade egoísta deve se submeter a um princípio de responsabilidade social e compromisso ético, assim como novas relações com a natureza as quais essa seja reconhecida como parte fundamental da sociedade humana. (Dávalos, 2010, p. 203, Tradução nossa)

E como o mesmo completa:

Neste sentido, o *Sumak Kawsay* levanta a discussão e o debate para um nível diferenciado, não como uma tautologia do sistema, mas como uma abertura para a incorporação das alteridades radicais que o atravessam. A pobreza, por exemplo, não se resolve com mais crescimento econômico, mas mudando de sistema econômico. (Dávalos, 2010, p. 213, tradução nossa)

Assim, considerando a proposta indígena *Kichwa/Quichua* do *Sumak Kawsay* como uma nova visão de economia, e o Estado Plurinacional como uma nova alternativa frente ao Estado moderno, como propõe Mignolo (2008):

Irei argumentar que a identidade **em** política é crucial para a opção descolonial, uma vez que, sem a construção de teorias políticas e a organização de ações políticas fundamentadas em identidades que foram alocadas (por exemplo, não havia índios nos continentes América até a chegada dos espanhóis; e não havia negros até o começo do comércio massivo de escravos no Atlântico) por discursos imperiais (nas seis línguas da modernidade europeia – inglês, francês e alemão após o Iluminismo; e italiano, espanhol e português durante o Renascimento), pode não ser possível desnaturalizar a construção racial e imperial da identidade no mundo moderno em uma economia capitalista. (Mignolo, 2008, p. 289)

Seguindo o exemplo de identidade em política, um outro grande caso representante da busca por autonomia – especialmente das causas de camponeses indígenas – e demonstração da prática diplomática, não classificada formalmente como tal, é o Movimento Zapatista. Como articulam Ribeiro e Dias:

Esse movimento surge de forma indireta como resposta ao fervor existente pela busca da diversidade, principalmente nos anos 1960, marcados por uma efervescência de movimentos sociais e estudantis. Após as manifestações de 1968, observa-se uma reorganização do movimento, caracterizando-se por uma postura de resistência contra a violência perpetrada pelo governo de Gustavo Díaz Ordaz. O EZLN apresentou-se ao cenário global, demandando por liberdade, dignidade e justiça em 1º de janeiro de 1994. Entretanto, sua gestação teve início em novembro de 1983, quando um contingente de militantes chegou à região de Chiapas. Nesse contexto, estabeleceu-se a integração entre as comunidades indígenas locais e o grupo de guerrilheiros. (Ribeiro; Dias, 2024, p. 37-38)

Dentro desta autonomia, e prática político-diplomática, podemos pontuar como exemplo de resultado desta *O Acordo de San Andrés*, em fevereiro de 1996 – com o início dos debates em 1995 –, que se revelou enquanto um resultado importante, trazendo o reconhecimento constitucional dos povos indígenas – os quais se caracterizavam como a face do movimento – e de suas práticas políticas.

A partir deste marco, se acordaram as bases do diálogo e se definiu um esquema de mesas temáticas para abordar as causas deram origem ao conflito armado. A primeira mesa, que acabou por ser a única, foi a que tratava do Direito e Cultura Indígena, nela se expressou a identidade zapatista com os povos indígenas, o que marca centralmente o histórico inédito de promover uma agenda própria ao convidar como assessores e assessoras as organizações de povos indígenas do país, o que levou, em 16 fevereiro de 1996, a assinatura dos acordos de San Andrés. Esta experiência política proporcionou a criação do Congresso Nacional Indígena. (Gómez, 2016, p. 54)

Dessa forma, também se desviando da norma esperada para a construção política institucional, fazendo essa focando na base da hierarquia social e na libertação desta, o Movimento Zapatista traz um paradigma revolucionário libertário para o centro da discussão política. Este rompe com a perspectiva de economia liberal – capitalismo –, performando o que Mignolo (2008; 2010) mobiliza enquanto *Desobediência Epistêmica* e exercendo uma diplomacia popular ou, como coloca Martínez (2011), uma Diplomacia dos Povos.

Cabe analisar dentro desses dois exemplos iniciais que, mesmo não reconhecidos formalmente no sistema internacional como agentes diplomáticos, ou de desenvolvedores de políticas públicas internacionais, ambos os grupos trazem a perspectiva de soberania de seus territórios, além da luta pelos Direitos e o desenvolvimento de trocas não violentas com as populações locais – novamente, aspectos essenciais da prática diplomática.

Ou seja, ainda que estejam fora dos termos e moldes tradicionais, e das teorias clássicas, percebe-se a troca que, complexamente, se estende a um entendimento maior sobre soberania, autonomia, segurança, Direito Humanos, desenvolvimentismo e cooperação. Toda essa articulação ocorrendo de forma pragmática, ou não, mesmo em contextos que se apresentam não propícios para essas.

Assim, pensando os exemplos citados acima, uma das propostas sobre *Diplomacia Decolonial* é colocada por Karla Diaz Martínez, versando sobre a Diplomacia dos Povos, ela cita que “um dos questionamentos centrais das teorias tradicionais das Relações Internacionais é que estas se fundamentam no Estado e no paradigma da representatividade” (Martinez, 2011, p. 105, tradução nossa). Ainda como a mesma articula:

No âmbito das teorias das Relações Internacionais, há contribuições que apontam para a existência de diversas variantes da diplomacia formal conduzida pelos Estados-Nação, algumas das quais encontram coincidências com a Diplomacia dos Povos. (Martínez, 2011, p. 109, tradução nossa)

Seguindo a colocação de Martínez, fazendo um paralelo com o que há de ser flexionado enquanto *Diplomacia Decolonial*, a autora explica a Diplomacia dos Povos:

Esta proposta de Diplomacia dos Povos encontra sua origem na diplomacia indígena, que não é mais que a forma originária de relacionamento dos povos originários entre eles e com outros, no entanto, a Diplomacia dos Povos é muito mais ampla pois recorre não somente ao conhecimento e as práticas da diplomacia indígena, mas sim incorpora experiências de setores camponeses, populares e mestiços urbanos (Martínez, 2011, p. 103, tradução nossa)

Então, observando previamente as problemáticas em relação ao que a Diplomacia ainda representa – dentre essas: os interesses do Norte Global (especialmente sob os interesses do capital) - buscamos aqui refletir a decolonialidade para repensar a diplomacia e flexionar o conceito de uma Diplomacia Decolonial.

Pauta-se isso, pois, entende-se que propostas radicais – como os exemplos de busca por autonomia e liberdade citados acima – num meio de mentalidade colonial, podem soar como extremismo político, mesmo que não o seja. Então, entendo a necessidade de buscar novos vieses teóricos e práticos, e espaços para a reflexão de uma outra categoria diplomática que pense as estruturas e relações de poder reais de onde se localiza os Estados do Sul Global – aqui articulada uma *Diplomacia Decolonial*.

Este projeto de Diplomacia Decolonial não se coloca aqui como uma grande novidade, mas como uma nova possibilidade, especialmente do *locus* onde este projeto se constrói. Enfatiza-se isso, pois, a diplomacia não é um objeto restrito das relações de poder entre os Estados, mas um mecanismo milenar de relações entre povos.

Dessa forma, propõe-se aqui a elaboração preliminar do conceito de *Diplomacia Decolonial* como uma prática político-diplomática que, para além de popular – do povo, busca romper com as normativas, contratos e poder colonial – representado pela hegemonia – presentes na política liberal/neoliberal e diplomacia clássica, prezando pela autonomia e organização dos interesses dos povos, pensando nesta as pluralidades que compõem esses povos e comunidades. Levando em conta o que cita Mignolo (2008, p. 290-291) “pensamento descolonial significa também o fazer descolonial, já que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando você entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais”.

Então, esse conceito surge tendo em vista a colonialidade contida na Diplomacia Clássica e no Estado – pensando esse enquanto agente de construção política e de separação entre o povo e as instancias de decisões políticas – e como este conceito pode nos ajudar a refletir tais problemáticas – essas já citadas anteriormente – rompendo com uma política de, unicamente, representatividade dos povos nos espaços de decisões que formulam políticas públicas, especialmente as que pensam desenvolvimento e territórios, mas não incluem – de

fato – os interesses dos povos que serão afetados por essas. Tomando o que desenvolve Mignolo (2008):

Consequentemente, a opção descolonial significa, entre outras coisas, aprender a desaprender (como tem sido claramente articulado no projeto de aprendizagem Amawtay Wasi, voltarei a isso), já que nossos (um vasto número de pessoas ao redor do planeta) cérebros tinham sido programados pela razão imperial/ colonial. (Mignolo, 2008, p. 290)

Sendo assim, a *Diplomacia Decolonial* se traduz, para além de tudo, num fazer decolonial teórico e prático, visando novas práticas dos meios de decisões diplomáticas políticas tendo como centro a autonomia decisória dos povos e não somente a representação distante desses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Diplomacia Decolonial representa uma possibilidade de reestruturação crítica do campo das Relações Internacionais a partir do Sul Global. Ao analisar as limitações das teorias clássicas e destacar experiências diplomáticas não hegemônicas, este artigo propõe o deslocamento epistêmico como estratégia para uma prática diplomática enraizada na autonomia dos povos e no reconhecimento das suas territorialidades.

Desta análise, os exemplos das experiências diplomáticas emergentes no Sul Global latino-americano trouxeram as reflexões necessárias de como essas, mesmo fora dos termos tradicionais da diplomacia herdeira dos moldes eurocêtricos, se caracterizavam enquanto práticas diplomáticas efetivas. Os exemplos trazidos – O Movimento Zapatista, o Estado Plurinacional *Kichwa*/Quichua e o *Sumak Kawsay* – são representações práticas da decolonialidade como possibilidade prática na diplomacia sul globalista.

O que se propôs aqui enquanto uma *Diplomacia Decolonial* é a possibilidade de participação direta do povo na diplomacia, a autonomia decisória em todas as instancias e políticas dessa, repensando desenvolvimento, economia, cooperação e Direitos Humanos. É a realocação consciente do poder de decisão do povo para o povo – dentro das possibilidades educativas revolucionárias libertárias para que essa diplomacia possa ser visualizada materialmente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Marques de. **A paz de Westfália, a história do sistema de Estados moderno e a teoria das relações internacionais**, London School of Economics, 1998.

Disponível em:

https://www.ipris.org/files/18/C_18_A_paz_de_Westfalia_a_historia_do_sistema_de_Estados_moderno.pdf Acesso em: 08/2024;

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. (2020), "**O Sul Global como projeto político**".

Horizontes ao Sul. Disponível em: [https://www.horizontesaosul.com/single-](https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO)

[post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO](https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO). Acesso em: 08/2024

BRANCO, Ramon; DELGADO, Ana Carolina Teixeira. **Problematizando o Outro Absoluto da Modernidade: A Cristalização da Colonialidade na Política Internacional**.

In: TOLEDO, Aureo (Org.). *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 125-155; Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32744> Acesso em: 02/2025;

BRUN, Elodie. **Atores Estatais e a Etiqueta "Sul": um estigma estrategicamente**

invertido. In: Carlos R. S. Milani e Elsa S. Kraychete (orgs.), *Desenvolvimento e Política Externa no Sul Geopolítico*, Salvador: EDUFBA, 2022, p. 131-151.

CARNEIRO, Henrique. **GUERRA DOS TRINTA ANOS**. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.).

História das Guerras. 3. ed. São Paulo: contexto, 2006; Disponível em:

<https://archive.org/details/MAGNOLIDemetrio.HistriaDasGuerras/page/n1/mode/2up> Acesso em: 08/2024;

DÁVALOS, Pablo. **SUMAK KAWSAY (LA VIDA EM PLENITUD)**. In:

CANTALAPIEDRA, Santiago Álvarez (coord.). **Convivir para perdurar: conflitos**

ecosociales y sabidurías ecológicas. Local: Icaria editoria, s.a, 2011. Página 201-203;

Disponível em: <https://omegalfa.es/downloadfile.php?file=libros/convivir-para-perdurar.pdf>

Acesso em: 04/2025;

DUSSEL, Enrique D. **FILOSOFIA DA LIBERTEÇÃO NA AMÉRICA LATINA**. São

Paulo: Edições LOYOLA/UNIMEP, 1977. Disponível em:

https://enriquedussel.com/txt/Textos_Libros/29.Filosofia_da_libertacao.pdf Acesso em:

04/2025;

GHILARDUCCI, Dario. **Diplomacia: de las relaciones interestatales a la**

“transdiplomacia”. In: CHENOU, Jean-Marie; COVARRUBIAS, Ana; YUMATLE, Carla

[coords.]. *El mundo visto desde la America Latina: una revisión de los conceptos básicos de las relaciones internacionales*. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores

Argentina, 2024. p. 177-200;

GODOI, Emília Pietrafesa de. **DICIONÁRIO CRÍTICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS –**

TERRITORIALIDADE. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. *Dicionário*

crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa. Salvador: EDUFBA, 2014.

Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-repositorio.pdf)

[repositorio.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14647/3/dicionario%20critico-repositorio.pdf) Acesso em: 08/2024. p. 443-452;

GÓMEZ, Magdalena. **Los Acuerdos de San Andrés Sakamch'en: entre la razón de Estado y la razón de Pueblo**. El Cotidiano, núm. 196, marzo-abril, 2016. Disponível em: [Los Acuerdos de San Andrés Sakamch'en: entre la razón de Estado y la razón de Pueblo](#). Acesso em: 04/2025. pp – 53-64;

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**, Revista Crítica de Ciência Sociais 80, 2008. Disponível em: <https://www.eurozine.com/para-descolonizar-os-estudosde-economia-politica-e-os-estudos-pos-coloniais>. Acesso em: 10/2024;

IASI, Mauro Luis. **Contrarreformas ou Revolução: respostas a um capitalismo em crise**. Argum., v. 11, n. 3, p. 7- 17, set./dez. 2019. Disponível em: <http://10.0.71.139/argumentum.v11i3.27096> . Acesso em: 04/2025;

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismos cotidianos/Grada Kilomba**; tradução Jess Oliveira. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/MEMORIAS_DA_PLANTACAO_-_EPISODIOS_DE_RAC_1_GRADA.pdf. Acesso em: 03/2025;

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. – 1º ed. – São Paulo: Companhia das Letras. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrrj.br/wp-content/uploads/2020/10/Ailton-Krenak-Ideias-para-adiar-o-fim-do-mundo.pdf> Acesso em: 03/2025;

LUGONES, María. **Rumo a um Feminismo Descolonial**. Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 4, Florianópolis, setembro-dezembro/2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 03/2025;

MACAS, Luis. **Sumak Kawsay: La vida en plenitude**, Exposición presentada en el Foro Público “El Buen Vivir de los Pueblos Indígenas Andinos”, organizado por la Coordinadora Andina de Organizaciones Indígenas (CAOI), Lima 28 de enero de 2010. Disponível em: <https://www.plataformabuenvivir.com/wp-content/uploads/2012/07/MacasSumakKawsay2010.pdf> . Acesso em: 03/2025;

MARTÍNEZ, Karla Díaz. **LA DIPLOMACIA DE LOS PUEBLOS, RELACIONES INTERNACIONALES ALTERNATIVAS DESDE EL SUR**. Ci & Tróp., Recife, v35, n.1, p.95-137, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/884> . Acesso em: 04/2025;

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**; revista do ppgav/eba/ufjr, n. 32, dezembro 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 03/2025;

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política**. tradução Ângela Lopes Norte. Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, nº 34, p. 287 – 324, 2008. Disponível em: https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf . Acesso em: 04/2025;

MIGNOLO, Walter D. **DESOBEDIENCIA EPISTÉMICA: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**, Ediciones del Signos – Buenos Aires, Argentina, 2010. Disponível em:

https://monoskop.org/images/9/9b/Mignolo_Walter_Desobediencia_epistemica_retorica_de_la_modernidad_logica_de_la_colonialidad_y_gramatica_de_la_descolonialidad_2010.pdf.

Acesso em: 03/2025;

MORGENTHAU, H. **A Política Entre as Nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução de Oswaldo Biato. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. Disponível em:

https://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf. Acesso em: 02/2025;

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas. Ed. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 04/2025;

RIBEIRO, I. E. DIAS K. A. N. **O Movimento Zapatista enquanto representatividade indígena no México**. Open Minds International Journal. São Paulo, vol. 5, n. 1: p. 36-52, Jan, Fev, Mar, Abril/2024. Disponível em: <https://doi.org/10.47180/omij.v5i1.283> . Acesso em: 04/2025;

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do Sul**. Org. Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES) –, 2019; Disponível em:

<https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Epistemologias%20do%20Sul.pdf>

Acesso em: 03/2025;

TOLEDO, Aureo. **PERSPECTIVAS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A PARTE QUE NOS CABE NESSE PERCURSO**, / Aureo Toledo, organizador. – Salvador : EDUFBA, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32744/1/Perspectivas%20p%C3%B3s-coloniais%20e%20decoloniais%20em%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais-RI.pdf> . Acesso em: 04/2025;

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Tradução de René Loncan. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004;

WATSON, Adam. **Diplomacy: The Dialogue Between States**. 1. ed. Editora Routledge, setembro-1982;